



# T-LIGA

Boletim informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no RS - nº 363 - maio de 2014

# AGORA É GREVE

CONTRA A RETIRADA DE DIREITOS  
ABAIXO A PEC 59/13 E AS CARREIRAS EXCLUSIVAS!

DATA-BASE E REPOSIÇÃO JÁ  
CONTRA A POLÍTICA DE ARROCHÔ DE DILMA



**DIA 15 DE MAIO, A CATEGORIA ENTRA EM GREVE POR TEMPO  
INDETERMINADO, COM REALIZAÇÃO DE ATO PÚBLICO EM PORTO ALEGRE**



## AGORA É GREVE!

Um ato público, no mesmo dia, dará a largada ao movimento paredista no RS

# Assembleia aprova greve, a partir de 15/5, contra o desmonte da carreira e o arrocho

Em uma assembleia geral que contou com a presença de mais de 200 pessoas, foi aprovada, hoje à tarde, a entrada do Judiciário Federal do RS em greve por tempo indeterminado a partir de 15 de maio, com realização de ato público no mesmo dia. Reunidos em frente às varas trabalhistas, em Porto Alegre, colegas da ativa e aposentados fizeram a assembleia mais expressiva desde o início da mobilização.

Foram aprovadas, ainda, a confecção de uma carta aberta dirigida aos servidores do Judiciário Estadual, explicando os prejuízos que podem advir da PEC 59/13, e o encaminhamento à ampliada da Fenajufe da proposta de que os sindicatos se mobilizem permanentemente no Senado.

Após os informes sobre a mobilização no estado e no país, foi aberto espaço para manifestação dos colegas. Todas as intervenções afirmaram a necessidade da greve para barrar a PEC 59/13 e as propostas de carreiras exclusivas e buscar a reposição das perdas salariais. Eles também ressaltaram que a categoria precisa estar unida para que o movimento seja forte e vitorioso.

O colega João Batista Frederes Reis, da JT de São Jerônimo, ressaltou a justeza das reivindicações da categoria. Destacou a efetividade da diretoria do Sintrajufe/RS, "que está tendo a coragem de com-

Rosane Vargas



Reunidos nas VTs, colegas realizaram a assembleia mais expressiva desde o início da mobilização

bater". "Somos poucos, mas estamos todos decididos pela greve", afirmou o colega Eduardo Salles Ribeiro, da JT de Torres.

"O poder só reconhece a força, e a força do trabalhador é a greve", disse o colega da JT de Porto Alegre Paulo Rosa. Ele ressaltou que o governo Dilma está sendo muito ruim para os servidores, não negocia, e que a mesa de negociação do STF foi criada para tentar "passar um rolo compressor na categoria". Para enfrentar a PEC 59/13 e as carreiras exclusivas, disse Paulo, a saída é a greve: "Ou fazemos uma grande greve, ou esta será a última greve da nossa categoria".

O colega Rafael Scherer, da JT de Porto Alegre, destacou a situação gravíssima por que passa a categoria, com

uma defasagem superior a 40%. "Além de não termos data-base, agora o governo quer nos tirar da lei 8.112, o maior ataque que sofremos, ao lado da Reforma da Previdência". Rafael disse que a categoria só pode se apoiar na própria força e que "a greve é a arma mais valiosa".

Não se pode dissociar a PEC 59/13 e as propostas de carreiras exclusivas da defasagem salarial, afirmou o diretor do Sintrajufe/RS Ruy Almeida. Foi o que levou os servidores do Judiciário Estadual a proporem a PEC 59/13 e os do STF, a carreira própria. O dirigente ressaltou que a PEC tem origem em uma deputada da base de sustentação de Dilma e esta, para enfraquecer a categoria, promoveu a aprovação na Câmara. Ruy destacou

### Cidades presentes

Alvorada, Bagé, Bento Gonçalves, Canoas, Carazinho, Caxias do Sul, Montenegro, Novo Hamburgo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Rosa, São Jerônimo, São Leopoldo, Taquara, Torres, Tramandaí, Triunfo e Uruguaiana

os esforços do sindicato contra as propostas e o apoio dos presidentes dos TRFs de todo o país na luta contra as carreiras exclusivas, uma conquista nacional da luta do Sintrajufe/RS. Mas o que decide é a luta. Para Ruy, a categoria tem de ir para a greve unida e com força, contra a perda de direitos e por um patamar salarial justo e digno.

BOLETIM MENSAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO RS • FILIADO À CUT E À FENAJUFE

COORDENADOR DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO: Ruy Almeida - EDIÇÃO, REDAÇÃO e DIAGRAMAÇÃO: Rosane Vargas

PROJETO GRÁFICO, ILUSTRAÇÃO e TRATAMENTO DE IMAGENS: Leandro Dóro - APOIO: Daniel Borges

IMPRESSÃO: Algo Mais Gráfica e Editora - Tiragem: 6.000 exemplares - Sintrajufe RS: Rua Marcílio Dias, 660 - Menino Deus - Porto Alegre/RS  
CEP 90130-000 Fone/Fax: 51 3235-1977 E-mail: imprensa@sintrajufe.org.br • site: www.sintrajufe.org.br • www.facebook.com/sintrajufers

Proposta dá cheque em branco ao STF retirada de direitos

## PEC 59 é ataque do governo Dilma à carreira dos servidores

A PEC 59/13 tramitou na Câmara dos Deputados como PEC 190/07. Foi uma proposta da deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), parlamentar da base de sustentação do governo Dilma no Congresso. A PEC propõe a criação de um Estatuto do Servidor do Judiciário, unindo servidores dos judiciários estaduais e federal. O estatuto ainda não possui um texto; a PEC apenas autoriza o STF a propô-lo ao Congresso, o que representa um "cheque em branco" ao Supremo para a retirada de direitos.

Os servidores do Judiciário Estadual têm a ilusão de que, com esse estatuto, terão equiparação salarial com os federais. Para os sindicatos da base da Fenajufe, no entanto, está certo que a PEC significa uma perda de direitos, pois nos retira da lei 8.112, o Regime Jurídico dos SPFs.

Não por coincidência, no momento em que os servidores federais estão novamente unidos contra a política de arrocho de Dilma, o governo conseguiu acelerar a votação da matéria, como poucas vezes se vê no Congresso. O motivo é quebrar a unidade, enfraquecer a luta dos federais e dificultar as negociações no âmbito do Judiciário, pois seria necessário negociar com as instâncias estaduais e federal. A intenção do governo é de que a PEC seja aprovada ainda antes da Copa.

Não podemos deixar que isso aconteça. Tão logo assumiu, a atual direção do Sintrajufe/RS começou a lutar contra essa proposta. Procurou e já conversou com os três senadores gaúchos, Paulo Paim (PT), Ana Amélia Lemos (PP) e Pedro Simon (PMDB), pedindo apoio contra a proposta. O sindicato reuniu-se, ainda, com os senadores Randolfé Rodrigues (Psol-AP) e com o relator da PEC na CCJ do Senado, Valdir Raupp (PMDB-RO).

Foram feitos, ainda, contatos com as administrações dos tribunais e distribuídos abaixo-assinados em todo o estado, para que a categoria solicite às presidências de TRF, TRT e TRE que se manifestem contrariamente a essa proposta e à de carreiras exclusivas.

Toda essa movimentação é pelo entendimento da direção de que a PEC 59/13 é o maior ataque do governo a uma categoria de trabalhadores desde a reforma da previdência de 2003. Não podemos deixar passar!

Divulgação



Senadores Valdir Raupp e Paulo Paim tratam da PEC com a direção do sindicato Luciano Victorino / Divulgação



Senador Randolfé Rodrigues recebe manifestação contra a proposta

Rosane Vargas



Sintrajufe/RS explica prejuízos da PEC à senadora Ana Amélia Lemos

Divulgação



Senador Pedro Simon recebe nota do Sintrajufe/RS e da Fenajufe contra a PEC



**AGORA É GREVE!**

# Mobilização cresce em todo RS barrar o desmanche da carreira

Willians Barros / Arquivo Sintrajufe/RS



Outubro de 2013: grande ato público marca a retomada da mobilização da categoria no RS

Leandro Dóro / Especial



Abril: servidores públicos federais e estaduais em ato público em frente Piratini

Fotos Rosane Vargas



Janeiro: reunião do Fórum Gaúcho de SPFs prepara campanha salarial unificada



Abril: greve de 24 horas, caminhada e ato público em frente ao TRT



Janeiro: lançamento estadual da campanha salarial unificada: entrevista coletiva do Fórum Gaúcho de SPFs



JT Passo Fundo



Janeiro: lançamento estadual da campanha salarial unificada: palestra sobre dívida pública



JT Taquara



# o o RS: agora é greve, para a e garantir reposição salarial



JF Bento Gonçalves



JE Carazinho



JT Santa Maria



JF Novo Hamburgo



JF Carazinho



JF Erechim



JF Livramento



JT Ijuí



JF Pelotas



JT Carazinho



Não admitimos a criação de castas no Judiciário

## Carreiras exclusivas visam nos dividir e acabar com a isonomia

A proposta de carreiras exclusivas para os servidores dos tribunais superiores tem estreita ligação com a PEC 59/13. Uma tira os servidores da lei 8.112/90, e a outra cria carreiras com grandes reajustes para uma minoria, deixando mais de 130 mil servidores sem reajuste, na condição de “casta inferior” no Judiciário.

O governo e o STF estão unidos na tentativa de quebrar a espinha dorsal das categorias mais combativas, incentivando a discórdia entre os servidores. Se as propostas passarem, poderá haver várias carreiras no Judiciário, pulverizadas, disputando internamente, e ficará muito difícil, talvez impossível, conseguir arrancar reajuste salarial e lutar por condições dignas de trabalho.

O Rio Grande do Sul foi protagonista nacional na luta contra as carreiras exclusivas. O sindicato abraçou a ideia de colegas do TRF de um abaixo-assinado e o espalhou por todo o estado e todas as justiças. O primeiro resultado foi, no dia 6, um ato histórico no TRF, com a participação de mais de 500 servidores, quando quase 2 mil assinaturas foram entregues ao presidente em exercício do tribunal, desembargador Luiz Fernando Wowk Penteado.

Na mesma ocasião, foi passado ao sindicato o ofício entregue aos presidentes do CNJ e do CJF, em que os presidentes de todos os TRFs do Brasil manifestam contrariedade às carreiras exclusivas. Foi o resultado da pressão, pois o Sintrajufe/RS havia solicitado, em reunião com o presidente do TRF, que ele se manifestasse contra o desmanche da carreira. Naquela reunião, em fevereiro, o desembargador Tadaaqui Hirose disse que faria esse movimento junto aos presidentes dos demais TRFs. O Sintrajufe/RS também obteve posição favorável à pauta da categoria por parte da presidente do TRT, desembargadora Cleusa Halfen, que disse que tentaria levar a questão para o Colégio de Presidentes e Corregedores de TRTs.

A luta institucional é importante, mas só uma forte greve poderá barrar as tentativas de desmonte da carreira. É hora de irmos para a rua mostrando nossa indignação.

Rosane Vargas

### Pressão do Sintrajufe gera ofício dos TRFs contra carreiras exclusivas

Os presidentes de todos os tribunais regionais federais do país enviaram, aos presidentes do CNJ, ministro Joaquim Barbosa, e do CJF, ministro Félix Fischer, ofícios, assinados conjuntamente, em que manifestam “inconformidade com a veiculação de proposta de elaboração de um plano de carreira própria” nos tribunais superiores. A manifestação é resultado da pressão da categoria, que teve início com a reunião do Sintrajufe/RS com o presidente do TRF4, Tadaaqui Hirose, no dia 21/4. Na ocasião, em resposta à cobrança, o desembargador manifestou sua contrariedade com a proposta e informou sobre a elaboração de um documento conjunto.

Depois do ato público do dia 6/4, uma comissão formada por diretores do Sintrajufe/RS e colegas do TRF e da JF foi recebida pelo presidente em exercício do TRF, desembargador Luiz Fernando Wowk Penteado. O sindicato entregou os abaixo-assinados em que os servidores solicitam apoio das administrações contra a PEC 59/13 e as carreiras exclusivas. O desembargador repassou à direção os ofícios encaminhados pelos presidentes dos TRFs ao CNJ e ao CJF.

Os ofícios redigidos no TRF4 e ratificados pelos demais TRFs são uma conquista nacional, fruto da campanha de pressão às administrações locais empreendida pelo Sintrajufe/RS.





SPFs unidos para derrotar a intransigência do governo Dilma

## Já são mais de 40% de perdas salariais: data-base e reposição já!

A categoria já acumula mais de 40% de perdas salariais nos últimos anos. Ainda assim, no ofício em que tratou da pauta dos servidores federais, o governo afirma que tivemos aumento real nos últimos anos.

Enquanto Dilma dá dinheiro aos banqueiros e aos empreiteiros, via pagamento da dívida pública e obras da Copa do Mundo, os servidores continuam ouvindo que a

questão salarial só será discutida em 2016. A postura arrogante do governo Dilma, que já se considera reeleito, precisa ser derrotada. Não por acaso, as propostas de carreiras exclusivas e a própria PEC 59 têm origem no problema da defasagem salarial dos servidores.

O governo continua jogando com nossos salários e dando migalhas a conta-gotas, como foi o caso do último re-

ajuste. Por esse motivo, a greve é também por negociação coletiva, data-base e reposição das perdas, em unidade com os demais servidores federais. A campanha salarial unificada cresce a cada semana, e o ingresso do Judiciário Federal na greve promete fortalecer as fileiras dos federais.

Na quarta-feira, 7 de maio, em dia de marcha dos SPFs em Brasília, os servido-

res da educação federal em greve ouviram do Secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça, a promessa de que tentaria abrir uma agenda de negociações. É o primeiro sinal de que o reajuste pode ocorrer, mas pode significar uma manobra do governo para enfraquecer a greve. Nossa tarefa é fortalecer a greve e forçar o governo a negociar com todas as categorias.

Fotos Joana Darc de Melo / Fenajufe



Acima, em abril, ato reúne servidores em frente ao STF

Sindjufe/BA / Divulgação



Bahia é um dos sindicatos do Judiciário que estão em greve



Marcha dos SPFs, em maio, leva milhares de servidores a Brasília e mostra crescimento da mobilização nas diversas categorias



## AGORA É GREVE!

# Servidor, a greve é um direito teu!

### Legalidade

A greve do servidor público é legal e é direito de todos. O texto original do art. 37, inc. VII da Constituição assegura esse direito, a ser exercido nos termos de lei complementar. A emenda constitucional 19/98 abrandou a exigência para lei ordinária. Nenhuma foi elaborada. No essencial, o julgamento dos Mandados de Injunção 670, 708 e 712, garante a legalidade do exercício do direito de greve no serviço público.

### Serviços essenciais

Pela decisão do STF, os servidores deverão observar as regras da Lei de Greve (lei 7.783/89), com adaptações definidas pelo próprio Supremo. No entanto, a eventual manutenção de percentual de servidores em atividade, ou

mesmo de serviços tidos por essenciais, deve ser, necessariamente, objeto de negociação entre as administrações e o sindicato.

### Estágio probatório e FCs

A greve é um direito de todos os trabalhadores. Mesmo os servidores em estágio probatório e aqueles ocupantes de funções comissionadas gozam de todos os direitos dos demais e podem exercer seu direito constitucional de greve. O estágio probatório é meio de avaliar a aptidão para o cargo e o serviço público. A avaliação deve ser feita por critérios objetivos. A participação em greve não representa falta de habilitação para a função pública e não pode prejudicar a avaliação. O estagiário não pode ser penalizado pelo exercício de seu direi-

to constitucional. Da mesma forma, o servidor ocupante de FC não pode ser penalizado pelo exercício desse direito.

### Punição

Não há espaço para punição de servidor por aderir ao movimento grevista. O ordenamento jurídico brasileiro somente admite represálias em caso de abusos ou excessos cometidos durante a greve.

### Registro de frequência

Entre as precauções do movimento, está o comparecimento dos grevistas ao local de trabalho durante a greve, o cumprimento do horário. O registro do "ponto paralelo" deverá ser procedido por todos os servidores em greve. A negociação dos dias de greve é feita pelo sindicato ao final do movimento.

## Durante a greve, Peleia!

Na greve, o T-Liga não será publicado, para dar agilidade à comunicação do sindicato durante o movimento paredista. Além do site, será editado o boletim Peleia!, a cada dois dias.

A publicação trará informações sobre a greve da categoria no Rio Grande do Sul e nos outros estados, o movimento nas demais categorias do serviço público federal, entrevistas e depoimentos exclusivos para o boletim. Será um informativo para quem está no dia a dia da greve.

Para o aposentados, o sindicato fará uma edição especial quinzenal do Peleia!, com o resumo da greve no período.

